

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ATIVISMO: O FAZER POLÍTICO DAS JUVENTUDES NO SÉCULO XXI

POLITICAL PARTICIPATION AND ACTIVISM: POLITICAL APPROACH OF THE YOUTH IN THE 21st CENTURY

Artigo recebido em 18/03/2020

Revisado em 23/04/2020

Aceito para publicação em 21/05/2020

Cristiano Lange dos Santos

Advogado. Graduado em Direito pela Universidade de Passo Fundo (2000). Especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis (2005). Mestre em Direitos Fundamentais pela Universidade Luterana do Brasil (2007-2009). Trabalhou como Assessor Normativo no Departamento de Política Judiciária, da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), do Ministério da Justiça (MJ) (2009-2010). Foi Corregedor-Geral do Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul (2012). Doutor em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) com período sanduíche na Universidade de Burgos na Espanha (bolsa CAPES). Colaborador Externo do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Inclusão Social e do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças, Adolescentes e Jovens do PPGD/UNISC.

RESUMO: O tema do artigo é a participação política da juventude. Faz considerações sobre a crescente emergência das expressões juvenis no espaço público, que reivindica por direitos, políticas públicas e democracia direta a partir do século XXI. O objetivo geral é examinar como a participação da juventude interfere na implementação de políticas públicas de mobilidade urbana por bicicleta e no direito à cidade. O método de abordagem é o hipotético-dedutivo. As técnicas de pesquisa utilizadas foram bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa de campo entrevistou-se vinte jovens ativistas em mobilidade urbana por bicicleta (cicloativistas) na cidade de Porto Alegre. Na conclusão, observou-se um distanciamento das formas convencionais da política (macropolítica) por parte dos jovens que se aproximam das formas não-convencionais de participação, especialmente as virtuais digitais (micropolítica), por sua capacidade de controle, de não delegação e representatividade.

PALAVRAS-CHAVE: Participação política. Juventude. Ativismo.

ABSTRACT: The theme of the article is the youth political participation. It makes considerations about the growing emergence of juvenile expression in the public space, which claims for rights, public policies and direct democracy from the 21st century. The general

objective is to examine how youth participation interferes in the implementation of public policies for urban mobility by bicycle and in the right to the city. The problem is based on the question: what legal and political factors are leading to the mismatch between the demands of participation in youth activism in relation to the right to the city and the inclusion of urban mobility by bicycle in public policies. The research techniques used were bibliographic, documentary and field. In the field research, twenty young urban bicycle activists (cyclo-activists) were interviewed in the city of Porto Alegre to understand how they self-organize horizontally to influence public policy processes. In conclusion, it was observed a detachment from the conventional forms of politics (macropolitics) by young people who approach the unconventional forms of participation, especially digital virtual ones (micropolitics) due to their capacity for control, non-delegation and representativeness.

KEY WORDS: Political participation. Youth. Activism

SUMÁRIO: Introdução; 1 Revisão bibliográfica e aportes teóricos sobre a participação política dos jovens. 2 Interesse dos jovens sobre a política e a Participação. 3 Juventude e a capacidade de transformação social e política: o que querem para sociedade. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

O presente artigo investiga como a participação juvenil, com enfoque no ativismo, caracterizando os jovens como sujeitos de direitos capazes de intervir no processo histórico, pode gerar consequências jurídico-políticas no ciclo de políticas públicas.

A pesquisa ocorreu a partir de revisão bibliográfica, investigação documental e entrevistas realizadas com vinte jovens ativistas sobre o seu fazer político, ativismo e como eles intervêm na política de gestão da cidade.¹

O problema central da pesquisa se desenvolve com elaboração das questões norteadoras ou indagações pertinentes, para entender quais os fatores que distanciam os jovens da participação política e na gestão do direito à cidade.

¹ A pesquisa de campo da tese doutoral foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), com parecer sob o número 2.616.558, ao permitir o prosseguimento da investigação para aplicar o questionário aos jovens participantes dos movimentos ativistas em mobilidade urbana em bicicleta da cidade de Porto Alegre.

A ausência de instâncias institucionais que servem de canais de interlocução forja as juventudes a criar repertórios de ação com fins políticos e novos espaços públicos para demandar pautas invisibilizadas - e garantir o cumprimento de direitos - já asseguradas e não respeitadas pelas instituições estatais.

Refletir sobre a questão da participação política das juventudes no contemporâneo revela-se uma tarefa desafiadora porque, historicamente, atribui-se ao jovem um comportamento apático, despolitizado e desinteressado, especialmente sobre o campo da política e das decisões que envolvem o bem comum. (KOZEL, 1996; SCHMIDT, 2001; CASTRO, 2008; ANDUIZA, BOSCH, 2012; OKADO, RIBEIRO, 2015)

Questões de como os jovens se inserem, participam e influenciam nas políticas públicas são elementos que permeiam as reflexões desta pesquisa.

O advento da Internet e sua democratização, a partir da virada do milênio, é um elemento chave para as mudanças comportamentais do fazer político das novas gerações, tendo em vista que a migração das ações políticas vem gradualmente se deslocando em duas perspectivas, seja dos espaços institucionais convencionais para os espaços não convencionais, seja do espectro da macropolítica para o da micropolítica (política do cotidiano).

A reivindicação das juventudes também tem sido um tema recorrente de debate, no início do século XXI, uma vez que ganha novas formas, ainda mais complexas e dinâmicas, de ação política por conta dos avanços trazidos pelo advento das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), que permitem a interação constante e respostas instantâneas entre seus atores.

Nesse sentido, torna-se necessário investigar os novos padrões de participação política, apontando os processos emancipatórios construídos pelos próprios jovens, ao se constituírem sujeitos de direitos, que indicam as perspectivas culturais e políticas da contemporaneidade.

O problema da não participação dos jovens nas instâncias democráticas convencionais revela a complexidade da ação política que, ao não se relacionar com o espaço público, esvazia a potencialidade que a juventude carrega para promover as transformações que querem para a sociedade.

O artigo está dividido em três seções independentes e articuladas entre si.

Na primeira parte do artigo, apresenta-se a revisão bibliográfica de pesquisas sobre o tema da participação política juvenil e a disposição dos jovens em participar dos modelos democráticos, com o fim de delimitar os debates envolvendo a temática.

Na segunda parte, analisam-se os resultados da pesquisa empírica sobre a juventude e a política, retomando-se os objetos de investigação, para observar qual é o interesse dos jovens sobre a política, os governos e a participação nos processos democráticos.

Na terceira parte, examinam-se os resultados da pesquisa que dialogam com a participação da juventude ao apresentar o que os jovens querem como projetos de transformação para a sociedade e qual é o sentimento em relação ao futuro que querem construir.

1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E APORTES TEÓRICOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS

Objetiva-se aqui apresentar a revisão bibliográfica das pesquisas acadêmicas, a partir de distintas abordagens e enfoques metodológicos, desenvolvidas nos últimos anos sobre a participação política juvenil e sua disposição em participar dos modelos democráticos. (CASTRO, 2008; BAQUERO, BAQUERO, 2012)

Schmidt (2001) analisa o papel da juventude brasileira no processo de construção de uma cultura política, ancorada por valores democráticos na virada do milênio, já considerando a globalização e as transformações tecnológicas.² Em sua conclusão constatou, dentre outras questões: i) alto grau de insatisfação da sociedade com o sistema político, mostrando-se indignados com a sociedade atual e com altos índices de desconfiança frente às instituições políticas e aos ocupantes de cargos públicos; ii) disposição dos jovens em participar pelas formas não-convencionais (movimento ecológico, direitos humanos, contra o racismo); iii) desconfiança a respeito dos agentes políticos e das instituições políticas (governo, legislativo, judiciário, polícia, forças armadas), o que é um elemento altamente nocivo para a consolidação democrática, além de acarretar o distanciamento dos cidadãos das atividades políticas e dos órgãos públicos. (SCHMIDT, 2001, p. 323-334)

Baquero e Baquero (2012) identificam uma mudança no comportamento político dos jovens, que antes se manifestava a partir da adesão a instituições políticas tradicionais (partidos políticos, sindicatos e movimentos estudantis) e, hoje, ocorre de maneira menos convencional, mediante novas formas de participação e ativismo político. Segundo Baquero e

² Schmidt (2001) aplicou o método de *survey* a estudantes médios e a seus pais no ano de 1999, em dez cidades brasileiras (cinco capitais: Porto Alegre, Belo Horizonte, Goiânia, Recife, Manaus e cinco cidades de médio porte: Santa Cruz do Sul, Viçosa, Rio Verde, Arcoverde, Itacoatiara). Foram definidos 300 entrevistados nas capitais e 200 nas demais cidades.

Baquero (2012), as razões para essa mudança relacionam-se com o sentimento de frustração da população, em relação à capacidade da categoria política apresentar respostas aos problemas sociais, de maneira a verdadeiramente melhorar a vida da população.

Okado e Ribeiro (2015), em pesquisa realizada a partir dos dados do *Latinobarómetro*³, coletados em 1995, 2000 e 2005, relativos ao Brasil, identificaram que as atividades ligadas aos modos convencionais de política – especialmente ao processo eleitoral, vinculadas aos partidos políticos - são mais comumente ligadas aos adultos, assim como os jovens têm tendências maiores em se envolver em atividades não convencionais institucionais – principalmente em se tratando dos protestos.

Em um contexto mais próximo da realidade local, Oliveira et al (2016) pesquisaram a participação política nas três capitais do sul do Brasil (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre). O objetivo da pesquisa foi verificar quais eram as determinantes da participação dos jovens nas capitais do sul do Brasil, focalizando a participação política com alunos da escola pública e escola privada, na modalidade de participação online (e-participação) e offline (participação presencial), comparando-se como a Internet influencia ou influenciou nas formas de ação política dos jovens.

Oliveira et al (2016) constataram que, embora não haja preferência pela modalidade não convencional e pelo ambiente online, há uma inter-relação muito forte entre elas, fortalecendo a participação dos jovens nessas modalidades.⁴

Esse contexto de desinteresse pela política na sua modalidade convencional, não é um sentimento que se desenvolve somente no Brasil, mas tem se reproduzido basicamente com as mesmas características, nos mais diversos países de regime democrático, seja ele desenvolvido ou não, como demonstram as pesquisas na Espanha (ANDUIZA et al, 2010; SUBIRATS, 2015b; BENEDICTO, 2016), no México (REGUILLO, 2012; REGUILLO, 2017) e na Argentina (KOZEL, 1996; VOMMARO, 2014).

Cabe registrar que o discurso dominante, construído no século passado, de que o jovem é despolitizado, individualista e desinteressado pelo bem comum, ainda é reproduzido

³ Latinobarómetro é uma pesquisa de opinião pública aplicada anualmente em 18 países da América Latina, em aproximadamente 20 mil entrevistas. A *Corporación Latinobarómetro* é uma ONG sem fins lucrativos, com sede em Santiago do Chile, e investiga o desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade em seu conjunto, usando indicadores de opinião pública que avaliam atitudes, valores e comportamentos.

⁴ Alguns dados interessantes trazidos pela pesquisa mostram que 56,1% dos jovens entrevistados em Curitiba, 55,6% em Florianópolis e 59,1% em Porto Alegre, acreditam que as redes sociais podem ser um local de participação política. Na participação offline, na modalidade eleitoral 92% dos jovens responderam não participar das atividades. Por sua vez, na modalidade protesto, 50,06% já participaram de uma a três atividades. (OLIVEIRA et al, 2016, p. 199-206)

e persiste com relativa força na sociedade contemporânea. (SCHMIDT, 2001; BENEDICTO, 2016)

Benedicto (2016, p. 13), ao enfrentar o tema da suposta despolitização juvenil, destaca que a “*imagen del joven pasivo y desinteresado de todo lo que ocurre en el ámbito político ha adquirido tal fuerza en el discurso social que se ha convertido en una de las señas de identidad de la juventud contemporánea.*”

Assim, o interesse e envolvimento das juventudes nos processos democráticos têm oscilado de acordo com variáveis, tendo em vista alguns elementos conjunturais específicos, especialmente condições econômicas satisfatórias. Nesse aspecto, ressalte-se que as mobilizações do início de 2010 propagaram ao mesmo tempo sentimentos contraditórios, uma vez que a esperança prevaleceu sobre a perspectiva negativa da transformação social.

Os recentes movimentos de rede, organizados na sua maioria por jovens - Primavera Árabe, *Occupy*, *#YoSoy132*, 15M e as jornadas de junho, mencionando-se somente aqueles que se tornaram mais visíveis, em razão da sua repercussão midiática - , reacenderam a esperança transformadora no poder de mobilização que os jovens carregam consigo.⁵

Essa compreensão tem se apresentado equivocada, na medida em que as juventudes, ao menos na última década, têm de certa maneira desconstruído alguns desses estereótipos, ao apresentar sinais de movimentações e mobilizações coletivas constantes. (ALVARADO et al, 2015; REGUILLO, 2012; BENEDICTO, 2016; BAQUERO, BAQUERO, 2012)

Nesse aspecto, um elemento determinante acerca da mudança de posição sobre a ação política das juventudes, nos últimos períodos históricos, relaciona-se com o componente geracional. (BENEDICTO, 2015; VALDÉS, SOTOMAYOR, 2017; FEIXA, LECCARDI, 2010; SCHMIDT, 2001)

Convém frisar que o discurso da despolitização, individualismo e desinteresse pela ação política foram construídos pelas gerações anteriores, em relação às gerações que as sucederam, com base na comparação entre as ações, práticas e comportamentos políticos de uma a outra.

⁵ A Primavera Árabe envolveu os seguintes países: Egito, Iêmen, Líbia, Tunísia, Síria, Argélia, Jordânia, Mauritânia, Bahrein, e reclamavam por democracia, liberdade e melhores condições de vida. Na Europa (Grécia, Espanha, Inglaterra) e EUA, se manifestaram contra as consequências da crise econômica e o desemprego causado pelo mercado imobiliário. Na América Latina: no Chile a juventude reivindicava a educação pública, de qualidade e gratuita; no Brasil a luta era pelo passe livre e o direito à cidade e outras pautas fragmentadas; no México reclamavam contra a precarização das condições juvenis, além do alto índice de mortalidade de jovens.

Significa dizer, nesse sentido, que a geração atual é responsável pela narrativa da geração passada, partindo-se da análise da sua experiência de vida e compreensões do seu aspecto histórico vivencial individual e coletivo.

Observam-se despontar novos formatos de expressões políticas, baseadas em participações políticas mais fluidas e flexíveis por parte das novas gerações, e fundadas em contextos de socialização que se articulam a partir das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs).

2 INTERESSE DOS JOVENS SOBRE A POLÍTICA E A PARTICIPAÇÃO

Passa-se a apresentar os resultados da pesquisa qualitativa sobre a participação política da juventude por meio da análise de entrevistas realizadas com 20 jovens ativistas em mobilidade urbana por bicicleta na cidade de Porto Alegre.

Pretende-se aqui aferir quais os interesses dos jovens respondentes sobre a política, examinando sua importância, consumo e compreensão sobre o papel exercido pelo jovem enquanto sujeito de direitos no contexto político atual do Brasil.

Para examinar esses elementos, vale-se de indicadores tradicionais da literatura no campo da política, como o interesse, a eficácia e a disposição em participar e quais as formas de participação política.

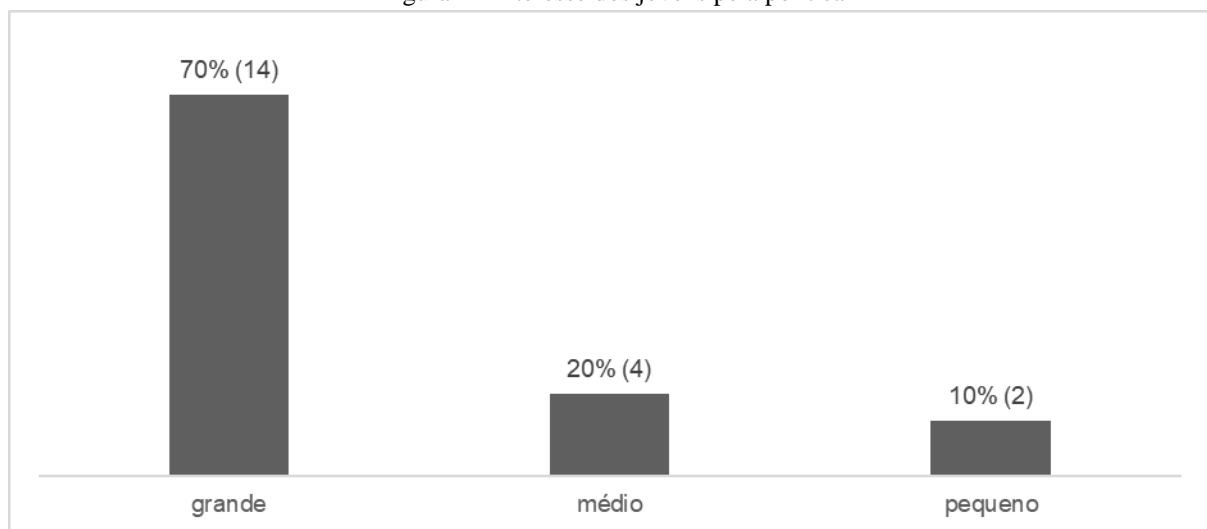
Baseando-se nesses pressupostos, iniciou-se indagando aos jovens sobre as formas de convivência entre a juventude e a política, com a finalidade de entender se é possível a juventude inter-relacionar seus interesses individuais e seu envolvimento geral com o campo da macropolítica.

Para Schmidt (2001), a pergunta sobre o interesse pela política é uma das questões clássicas nos *surveys* sobre pesquisas de cultura e socialização política, sendo empregada como indicador da categoria de eficácia política.

Com o fim de buscar as respostas aos questionamentos apresentados, perguntou-se aos participantes sobre o interesse na política e o quanto se informa sobre eleições, governo ou a situação do país. Assim, mediu-se - sem uma escala de avaliação mais rigorosa - o quanto os jovens se interessam e se preocupam com a condução e a gestão dos interesses coletivos representados pela política.

Nesse aspecto, Schmidt (2001), Okado e Ribeiro (2015) enfatizam o quanto esse elemento é essencial para reconhecer o interesse sobre o campo político, seus reflexos sobre o cotidiano social e as repercussões no agir político das juventudes.

Figura 1 - Interesse dos jovens pela política



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados coletados em pesquisa de campo.

A Figura 1 expressa o nível de interesse dos jovens respondentes sobre a política no seu cotidiano.

É importante assinalar que, embora se tenha um aumento do interesse dos jovens sobre a política, ela não significa necessariamente a compreensão crítica sobre o agir político, na medida em que pode retratar valores que nem sempre estão associados às questões democráticas e ao bem comum.

Essa posição é defendida por Anduiza e Bosch (2012), que sustentam a ideia de que a correlação entre uma e outra se apresenta limitada, para explicar o interesse em participar no campo da política institucional e no processo de tomada de decisões do interesse público.

Cabe registrar que os índices de interesse pela política revelam que os jovens - ao menos o recorte dos respondentes - preocupam-se com os valores democráticos da sociedade, o que convém não maquiá-lo com o desencanto com a política convencional baseada no modelo representativo, mas ainda assim sem perder o interesse e a preocupação com os assuntos públicos e de interesse coletivo.

Nota-se, a partir destes elementos, que o nível de interesse/apatia e conhecimento que os jovens apresentam sobre o tema da política e suas relações diretas com o cotidiano é muito considerável.

Schmidt (2001) e Borelli et al (2009) abordam a construção do estereótipo do jovem da década de 1990 em diante, considerando-os mais passivos em contraposição à geração dos anos 1960, no qual eram identificados revolucionários e contestadores políticos.

Interessante que esses dados se distinguem das informações de pesquisas que revelam desinteresse e atitudes negativas em relação à política, em especial Ribeiro et al (2015, p. 201) no qual “60% dos estudantes dizem ter pouco interesse, contudo, há destaque para os 21,8% que possuem muito interesse.”

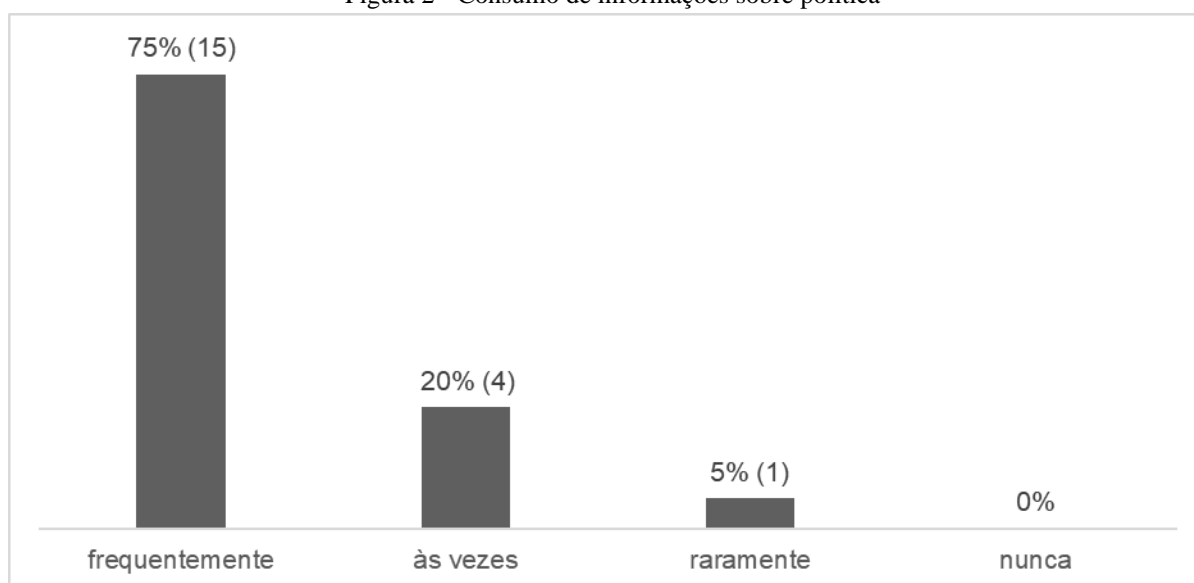
É interessante destacar que os debates são potencializados por meio das redes sociais, que ampliam o seu alcance de falar e ser ouvido, em razão dos jovens tornarem-se auto comunicadores de massa. (CASTELLS, 2012)

Verifica-se, nesse aspecto, o reposicionamento das ações políticas dos jovens em áreas não convencionais, especialmente, no âmbito digital, que são espaços públicos inovadores, menos controlados e vigiados, se comparados aos demais espaços de participação convencional.

Pode-se destacar também o risco do processo de politização às avessas, consolidando-se valores extremistas em detrimento a valores democráticos e sociais, na medida em que tais espaços públicos são de difícil controle e monitoramento.

Cumprir destacar que os jovens das novas gerações preferem informação e participação mais diretas, interativas e acessíveis, eliminando a intermediação existente. Essas formas são imediatas e convertem cada receptor em emissor potencial, salvando a unidirecionalidade da informação e os desníveis de poder dos meios tradicionais, o que representa uma enorme quantidade de conhecimento e informações.

Figura 2- Consumo de informações sobre política



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados coletados em pesquisa de campo.

É interessante observar, de acordo com a Figura 2, que os jovens retratam o interesse e o consumo pela política enormemente, o que, ao menos no recorte da juventude pesquisada visualiza-se exatamente o oposto do imaginário social, de que as novas gerações são desinteressadas e/ou alienadas do contexto político e dos temas do bem comum.

Ademais, o fato de quinze jovens afirmarem que se informam frequentemente sobre as eleições, o governo ou a situação do país, revela um grande interesse envolvendo a política e especialmente as repercussões delas decorrente no seu cotidiano.

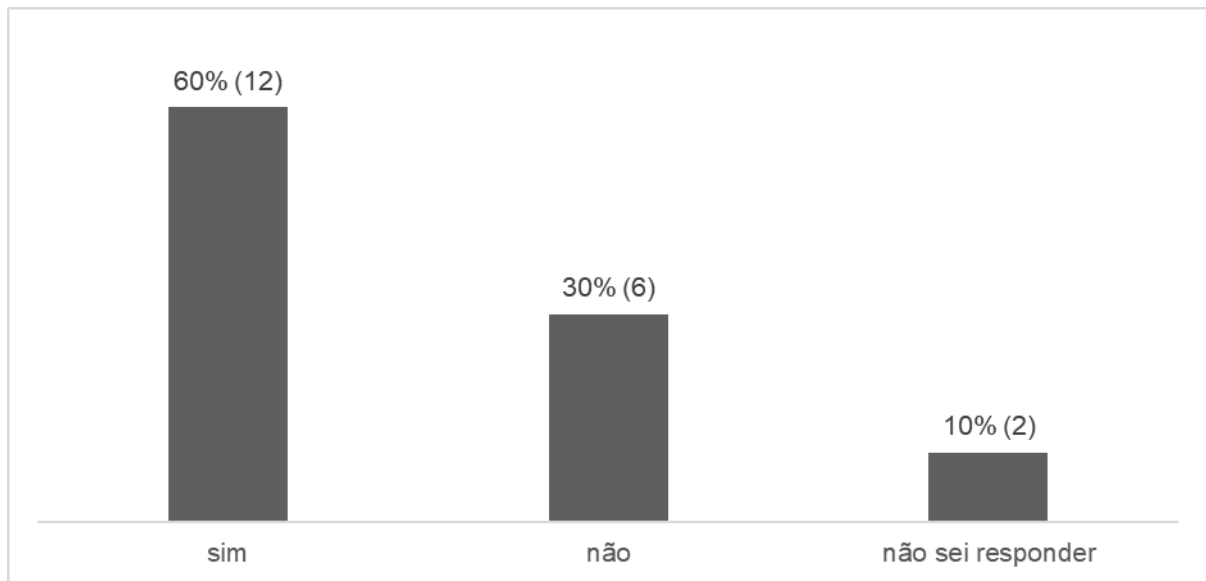
Observa-se, portanto, que os jovens respondentes têm pleno conhecimento de que a política, os governos e as instâncias participativas são espaços importantes da tomada de decisão coletiva, razão pela qual, muito embora não queiram participar diretamente, preferem acompanhar com certa distância.

3 JUVENTUDE E A CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA: O QUE QUEREM PARA SOCIEDADE

O desinteresse e a apatia dos jovens nas instâncias democráticas convencionais revelam a complexidade da ação política, que ao não se relacionar com o espaço público, esvazia a potencialidade que a juventude carrega para promover as transformações que querem para a sociedade.

Contudo, apesar disso, os jovens se autoidentificam como sujeitos transformadores. No questionamento envolvendo seus sentimentos, sobre a capacidade dos jovens em provocar a transformação social e política, nota-se que a compreensão da potencialidade que possuem enquanto agentes de transformação é muito reveladora.

Figura 3 - Capacidade dos jovens na transformação social e política



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados coletados em pesquisa de campo.

De acordo com a Figura 3, é possível observar que os respondentes se reconhecem como sujeitos fundamentais dentro da sociedade complexa sendo, portanto, atores capazes de interferir na realidade social e política, principalmente para modificar as estruturas que entendem ser necessárias.

Vale lembrar que as juventudes têm como característica o desejo de experimentar, mudar, reinventar, enfim querer sempre o novo, o inesperado. Segundo Melucci (1996, p. 11), “desafiando a definição dominante do tempo, os adolescentes anunciam para o resto da sociedade que outras dimensões da experiência humana são possíveis.”

Por sua vez, Souza (1999) destaca que há entre os jovens uma insurgência contra o instituído, sempre em busca do questionamento do valor da política moderna e, sobretudo, do descrédito institucional.

Essa compreensão da capacidade e o desejo de mudança fica mais clara a partir das falas dos jovens respondentes.

[...] Todas as transformações elas têm um embrião nessa rebeldia, nesse contraponto, nessa coisa pulsante que tem a juventude. Você não quer se submeter ao que você não escolheu para você. Acho que tem um pouco disso assim. (D., jovem respondente pertencente à geração Y)

Acredito que as juventudes funcionam como uma lupa que nos ajudam a analisar para onde está indo a sociedade, mas não que todos os jovens tenham algum projeto de transformação ou a vontade de mudar, propriamente dita. Uma vez que jovens fazem parte dessa ‘categoria social’ que é tão frágil psicologicamente e ao mesmo tempo é tão criticada e culpabilizada, as juventudes podem oferecer alternativas e

caminhos para serem trilhados. Mas sempre haverá jovens que não estão interessados na mudança - privilegiados, em sua maioria. Acredito que isso seja indiferente das gerações. (M., jovem respondente pertencente à geração Z)

Evidencia-se, a partir dessa compreensão, elementos para mediar na esfera do espaço político, como grupo com elevado potencial de transformação da sociedade.

Ribeiro et al (2015) demonstram que, embora os estudantes não se sintam tão ineficazes politicamente, possuem, ao mesmo tempo, sensação intermediária em relação ao seu desafeto pela política.

Contudo, é possível identificar um certo estranhamento acerca da fronteira entre os mundos institucionais, na medida em que os jovens não operam suas ações, avaliando-se programaticamente sobre o que é institucional ou não institucional, de modo que o seu agir político é realizado muitas vezes sem a exata compreensão das linhas divisórias entre uma e outra.

Visualiza-se também que, embora os jovens tenham conhecimento sobre a política macro abrangendo as coalizões, partidos e projetos que envolvam a cidade, frequentemente se posicionam nas suas redes sociais sobre tais questões, mas sem ação concreta ou prática do agir político.

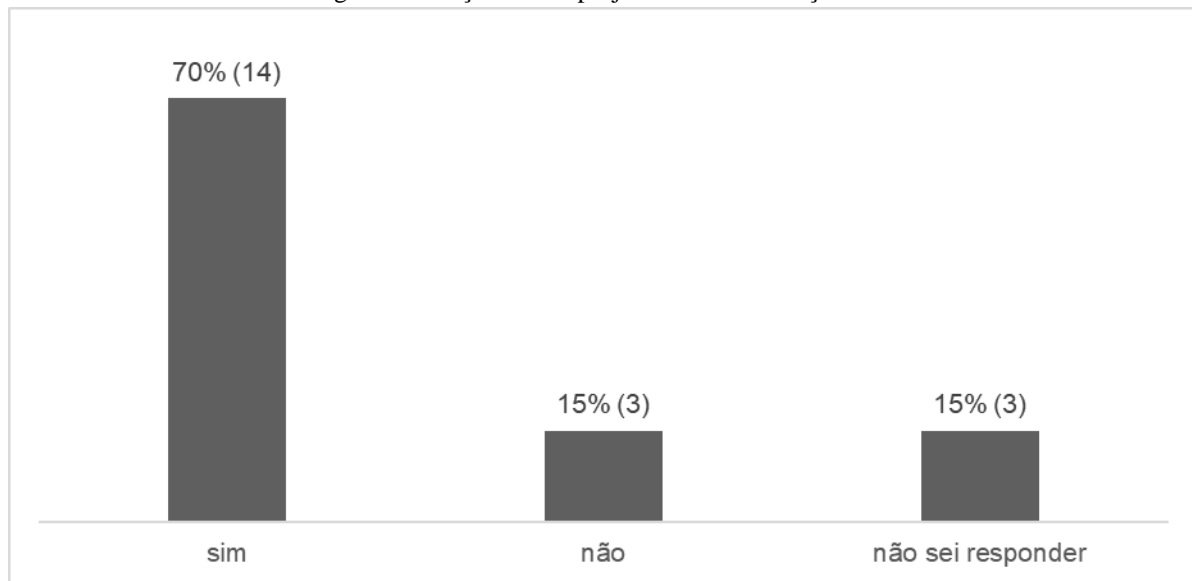
Do mesmo modo, é importante registrar que os jovens respondentes têm muito claro que projeto de transformações querem para a sociedade, especialmente em se tratando de democracia e participação.

Por outro lado, os jovens também identificam o que eles não querem no futuro, partindo do pressuposto de que seus projetos pessoais estão em consonância direta com os projetos coletivos, o que retroalimenta o agir político individual dos respondentes em relação aos temas da cidade, como o espaço coletivo pertencente a todos, indistintamente.

Contudo, vale dizer que sua luta pela transformação social é um indicativo do que eles querem para si, motivo pelo qual reivindicam a mudança, com base nas suas próprias ações comportamentais, capazes de alcançar o desejado.

Observa-se que os resultados evidenciados na Figura 4 revelam um sentimento de esperança, estruturado na confiança dos jovens de que o poder de transformação por eles protagonizado resultará em algo de positivo, seja no presente – tempo agora – seja no futuro.

Figura 4 – Noção de um projeto de transformação social



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados coletados em pesquisa de campo.

Contudo, nas respostas do porquê entendem como veem nos jovens um projeto das transformações do que querem para sociedade, as respostas são muito heterogêneas e variadas.

Para alguns jovens, há uma ausência de projetos a longo prazo, o que, de certa forma, pode refletir no caráter não programático dos coletivos ou movimentos que integram, como se verifica no trecho da fala da jovem respondente

[...] penso que todos os jovens têm pautas pelas quais militar, porém, um projeto a longo prazo não aparece nas pautas frequentes da maioria dos frequentadores do meu círculo social, embora haja aquelas exceções. (J, jovem respondente pertencente à geração Z)

Já para outros, se alinham no sentido de reafirmar seus valores e compromissos com o futuro.

Acredito que grande parte dos jovens tenha diretrizes estabelecidas das transformações que desejam para a sociedade, baseadas em suas próprias vivências e observações. É possível perceber isso através das movimentações e organizações sociais, além de manifestações em diversas esferas da comunicação. (M. jovem respondente pertencente à geração Z)

Acho que os jovens são aqueles que mais tem essa potência para transformar o mundo, mas que não necessariamente são aqueles que, até certa forma, são quem mais sofrem resistência embora eu acho que de todas as pessoas jovens são quem tem mais força para fazer essas transformações, para mudar isso. Mesmo assim acho que eles não têm tanto, não sei bem a palavra... (risos) mas esses meios assim para ir contra o sistema. Os que mais querem mudar as coisas com certeza são os jovens... estão sempre querendo mudança. (A., jovem respondente pertencente à geração Z)

Contudo, o que se verifica é uma preocupação com o presente muito maior do que os projetos de futuro, até porque a cultura do tempo presente - em que o horizonte temporal é reduzido - é uma marca registrada dos jovens.

Vale destacar que o conflito geracional se apresenta quando envolve a perspectiva de transformação social, ao apontar dois cenários distintos relativos ao tempo temporal, que reside no presente e no futuro.

Evidencia-se, nesse aspecto, a existência do conflito geracional, na medida em que as novas gerações (Y e Z) são pautadas pela ação imediata e instantânea, divergente de valores e modelos constituídos pelas gerações anteriores.

Os jovens buscam a mudança na perspectiva da cultura do tempo presente - no instante do agora - o que muitos manifestam é o que os ativistas em mobilidade urbana por bicicleta denominam de utopia do agora (nowtopia).

A fala do jovem respondente transparece essa questão ao afirmar que

Eu acho que a juventude ela, seja por condicionamento cultural ou por estereótipo natural, ela naturalmente contrapõe nossos pais, contrapõe nossos mestres pelo formato rígido e hierárquico que a sociedade se coloca perante as pessoas. Então naturalmente você vai querer quebrar aquilo. E para você querer quebrar aquilo ali você tem que fazer de outra maneira. Às vezes faz de uma maneira um pouco torta um pouco né... mas existem outros da organização que sim. Tudo nasce daí... ao mesmo tempo que é pesado colocar a responsabilidade numa faixa etária da sociedade. (D., jovem respondente pertencente à geração Z)

Contudo, o que se pôde identificar com mais clareza no conjunto das respostas é o fato dos jovens reconhecerem que, em algum momento, deixando entrever que no futuro serão eles - a nova geração - quem poderá atuar na esfera pública institucional e assumir o processo de tomada de decisões.

Significa, de certa forma, admitir que se depender da cosmovisão preponderante dos jovens sobre a política, o futuro será diferente, muito embora alguns dos respondentes se questionem exatamente sobre o sentimento do porvir e as mudanças que ocorrem no decorrer da vida.

Evidencia-se, dessa forma, o caráter de compreensão intergeracional existente entre uma geração e outra, no que tange à compreensão sobre os temas da ação política e das políticas de mobilidade urbana. A fala da jovem respondente retrata muito bem esse sentimento, sobre a mudança de opinião entre uma geração e outra, acerca da característica da ousadia e seu desejo de mudanças sociais, mas também dentro do próprio decorrer da fase de transição da juventude para a fase adulta.

[...] acho que muito por conta dessa questão do idealismo que se pede depois de um tempo. E eu faço parte desse idealismo. A gente olha um pouco para frente e um pouco para trás as pessoas que na nossa época pensava em como a gente conseguiu fazer uma grande mudança. Essas pessoas parecem que perderam um pouco disso... assim. Eu tenho chegado a isso ultimamente. Eu vi isso do meu pai e de pessoas próximas a mim. Então eu acho que sim. Eu acho que... que a gente enxerga essas transformações e a gente tem um objetivo, mas eu tenho um pouco de receio que isso se perca ao longo da vida e com as derrotas. (B., jovem respondente pertencente à geração Z)

Visualiza-se que a ação política para os jovens respondente não é limitada, ou seja, não é feita somente de partidos e governos, mas da sua implicação direta nos assuntos que lhe interessam (tema identitários, gestão da cidade e políticas de mobilidade urbana).

Observa-se, dessa maneira, que a micropolítica – efetivada em pequenas ações comportamentais - é construída entre eles horizontalmente, a partir da própria identidade, de maneira a cativar os demais, gerando interesse e motivação para assumir a pauta em caráter coletivo.

Vale dizer que a cultura juvenil caracterizadora das novas gerações está sedimentada nos modos de se relacionarem com os outros jovens, compartilhando, trocando informações e interagindo no seu cotidiano. Esse diálogo, muitas vezes ocorrido por meio dos canais digitais de interlocução direta entre eles, é a essência da ação política contemporânea.

Por tal razão, a política do ato é tão aceita pelos jovens, até porque independe da ação do outro, mas tão somente da sua própria ação individual e a articulação horizontal com os seus demais.

CONCLUSÃO

É evidente o descompasso entre o que é proposto pela participação convencional dos jovens e a participação não convencional relacionada a outras expressões de ação política.

Como foi possível perceber pela pesquisa de campo, os jovens se mostram interessados e eminentemente participativos. A apatia e o desinteresse dos jovens pela participação política parecem ter ficado no passado. As novas gerações (Y e Z) estão sedentas por participar, mas seu fazer político é operado de forma distinta ao que se tem como tradicionais, apresentando-se na diversidade que as expressões políticas podem assumir no cotidiano, vindo a se traduzir no ativismo pelas redes sociais, compartilhando documentos, imagens ou simplesmente dividindo sua insatisfação a projetos contrários às causas mobilizadoras.

Há avanços no campo sobre o interesse e a participação política dos jovens no Brasil. Deve-se, no entanto, ressaltar a dificuldade do jovem em incluir as pautas de seu interesse, ou que lhe afetam, em espaços institucionais convencionais, notadamente os canais convencionais de participação.

Além disso, há uma crítica juvenil de que os espaços convencionais são eminentemente verticalizados e adultocêntricos. Evidencia-se uma visão eminentemente restritiva do agir político, associado diretamente à relação existente entre as juventudes, os coletivos e os movimentos sociais e o Estado.

Os jovens têm muito a dizer sobre o tema da participação e da política, muito embora eles não tenham a oportunidade de poder dialogar sobre esses temas em espaços públicos institucionais que respeitem e valorizem suas opiniões.

Percebe-se que o elemento central, que é a capacidade dos jovens influenciarem e incidirem diretamente no ciclo de elaboração de políticas públicas dentro das instâncias governamentais, não é garantido, na medida em que os mecanismos de controle social são excludentes às juventudes.

Verificou-se que há um reposicionamento das ações políticas dos jovens em áreas não convencionais, especialmente, no âmbito digital, que são espaços públicos inovadores, menos controlados e vigiados, se comparados aos demais espaços de participação convencional.

Cumprir destacar que os jovens das novas gerações preferem informação e participação mais diretas, interativas e acessíveis, eliminando a intermediação existente. Ademais, é importante registrar que as juventudes operam silenciosamente na esfera da micropolítica, conectando-se, quando entenderem oportuno, à macropolítica que é vinculada à forma convencional de participação nas instituições democráticas.

Para tanto, é preciso repensar as formas participativas e incluir o olhar juvenil sobre a política, os espaços públicos e o engajamento nas instituições, a partir das demais formas não convencionais de participação política (manifestações, protestos e mobilizações realizadas no sistema virtual), potencializadas com a Internet, reconhecendo-as como expressões legítimas de democracia.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, v.13, n. 28, p. 52-84, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/04.pdf>. Acesso em 18 set. 2016.

ALVARADO, Sara Victoria; GÓMEZ, Ariel Humberto; LEÓN, María Cristina Sánchez. **Jóvenes y participación política en el mundo contemporáneo: de la apatía a la antipatía por modos hegemónicos de vida.** (Org. VOMMARO, Pablo; ALVARADO, Sara Victoria) p. 227-252. In: *En busca de las condiciones juveniles latinoamericanas*, Manizales, 2015.

ANDUIZA, Eva; BOSCH, Agustí. **Comportamiento político y electoral.** Barcelona: Ciencias Sociales Ariel, 2012.

_____; CANTIJOCH, Marta; GALLEGO, Aina; SALCEDO, Jorge. **Internet y participación política en España.** Colección «Opiniones Y Actitudes», Núm. 63. Centro de Investigaciones Sociológicas - CIS, mai, 2010. Disponível em: <http://www.cis.es/cis/export/sites/default/-Archivos/Publicaciones/OyA/OyA63e.pdf> . Acesso em: 26 nov. 2017.

BAQUERO, Marcelo. BAQUERO, Rute. Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira? In: **Em Debate - Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral.** Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 19-25, nov. 2012.

BENEDICTO, Jorge. La ciudadanía juvenil: Un enfoque basado en las experiencias vitales de los jóvenes. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 14 (2), 2016, pp. 925-938.

BORELLI, Silvia Helena Simões; ROCHA, Rose de Melo; OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves; LARA, Marcos Rodrigues de. Jovens urbanos: ações estético-culturais e novas práticas políticas. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, vol. 7, núm. 1, (jan-jun), 2009, pp. 375-392.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignación y esperanza.** Los movimientos sociales em la era de internet. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

_____. **Ruptura: a crise da democracia liberal.** São Paulo: Editora Zahar, 2018.

CASTRO, Lucia Rabello de. Participação política e juventude: do mal estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/13910> Acesso em: 16 set. 2016.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, mai-ago, 2010, p. 185-204. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/2710> Acesso em: 07 de set. 2017.

KOZEL, Andrés. Los jóvenes y la política. Modulaciones de un escepticismo general. p. 195 - 220, **La juventud es más que una palabra.** Buenos Aires: Biblos, 1996.

OKADO, Toshiaki Archangelo; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Condição juvenil e a participação política no Brasil. **Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política**, Curitiba, v. 4, n., p. 53-78 (2015). Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/pe/article/view/42810> Acesso em: 11 nov. 2016.

REGUILLO, Rossana. **Culturas juveniles**. Formas políticas del desencanto. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

_____. **Paisajes insurrectos**. Jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatorio. Barcelona: NED Ediciones, 2017.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e política no Brasil** – A socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SOUSA, Janice Tirelli Pontes de. **Reinvenções da utopia**. A militância política dos jovens dos anos 90. São Paulo: Hackers Editora/ FAPESP, 1999.

SUBIRATS, Joan. ¿Desbordar el “dentro”-“fuera”? **Revista Teknokultura**, 2015a, Vol. 12, Núm. 1, p. 161-168.

_____. **Ya nada será lo mismo**: Los efectos del cambio tecnológico em la política, los partidos y el activismo juvenil. Madri: Centro Reina Sofia sobre Adolescencia y Juventud & Telefónica, 2015b. Disponível em: <https://igop.uab.cat/2015/07/24/ya-nada-sera-lo-mismo/> Acesso em: 6 out. 2017.

_____. **Otra sociedad, ¿otra política?** De «no nos representan» a la democracia de lo común. Barcelona: Icaria, 2011.

VALDÉS, Carolina Álvarez; SOTOMAYOR, Antonia Garcés. (2017). La construcción de generación en los discursos juveniles del Chile actual. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 15 (2), p. 991-1004, 2017. Disponível em: www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v15n2/v15n2a14.pdf Acesso em: 22 fev. 2018.

VOMMARO, Pablo Ariel. La disputa por lo público en América Latina. Las juventudes en las protestas y en la construcción de lo común. **Nueva Sociedad**, n. 251, mai-jun, p. 55-69, 2014. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/la-disputa-por-lo-publico-en-america-latina-las-juventudes-en-las-protestas-y-en-la-construccion-de-lo-comun/>. Acesso em: 11 mai. 2018.